



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária no
1º Juizado Especial Federal
Subseção de Niterói
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

19 a 23/6/2017



Assinado digitalmente por MARCELO SILVA RIBEIRO.
Documento Nº: 1947452.19467662-1027 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2PCO201700012V02



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Assinado digitalmente por MARCELO SILVA RIBEIRO.
Documento Nº: 1947452.19467662-1027 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2PCO201700012V02

Sumário

1.	ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2.	METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3.	CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL.....	8
4.	GESTÃO DA SECRETARIA DA UNIDADE JURISDICIONAL.....	9
5.	GESTÃO DE METAS.....	10
5.1.	Metas internas.....	10
5.2.	Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1.	Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade).....	10
5.2.2.	Meta nº 2 CNJ/2016, Juizados (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3.	Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação).....	13
5.2.4.	Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução).....	14
6.	PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO.....	16
6.1.	Sentenças.....	16
6.2.	Acervo com prazos vencidos para prolação de despachos e decisões.....	17
6.3.	Audiências.....	17
7.	EVOLUÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS.....	18
7.1.	Acervo da unidade.....	18
7.2.	Gráficos comparativos da evolução do acervo dos JEFs de mesma competência na Subseção Judiciária, excetuados os processos remetidos às instâncias superiores.....	18
8.	DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO.....	20
8.1.	Recebimento de petições iniciais.....	20
8.2.	Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	20
8.3.	Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio da Magistrada.....	20
8.4.	Fluxo dos processos após a sentença.....	20
9.	ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	21
9.1.	Balcão de entrada.....	21
9.2.	Processos em segredo de justiça.....	21
9.3.	Controle de prazos judiciais.....	21
9.4.	Publicação de atos judiciais.....	22
9.5.	Registro de início do cumprimento do julgado.....	22
9.6.	Documentos pendentes de juntada.....	23



9.7.	Expedientes para cumprimento de ordem judicial.....	23
9.8.	Remessa externa	24
10.	AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	25
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	26
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	27
13.	BENS PENHORADOS	28
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	29
15.	LIVROS E PASTAS	31
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	32
17.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	34
18.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	35
19.	ENCERRAMENTO	36



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária no 1º Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Niterói – RJ (01 JEF/NI), de 19 a 23/06/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726) e MPF/ES (7760), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323) e DPU/ES (7755), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747) e OAB/ES (7748), a Advocacia Geral da União – AGU (7744) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal ANDREA DE LUCA VITAGLIANO, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2. No dia do encerramento, 23/6/2017, compareceu o Procurador da República EDUARDO ANDRÉ LOPES PINTO.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 94 processos físicos, sendo 16 em trâmite e 1 suspenso, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) a forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 1º Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária Niterói – RJ (01JEF-NI)

Data de instalação: 22/3/2004

Endereço: Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, 5º andar, Centro, Niterói - RJ

Juíza Titular:

Dr^a. Andrea de Luca Vitagliano, desde 1/6/2010.

Juíza Federal Substituta:

Dr^a. Fernanda Ribeiro Pinto, desde 14/05/2015.

Especialização:

1) Juizado Especial Cível e Previdenciário

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto	Déficit de força de trabalho
Agosto/15	2	12	0	14	13	+7%
Junho/17	1	8	3	12	13	-7%

A Diretora esclareceu que não há rotatividade de servidores.



4. GESTÃO DA SECRETARIA DA UNIDADE JURISDICIONAL

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora MARIA ELISABETE COSTA BRAGA, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelas Supervisoras CAROLINA BARBARA DA MOTTA RAMOS SOARES e LIDICE BARROS OLIVEIRA PEREIRA, e pela Oficiala de Gabinete RENATA DE ORNELLAS, todas com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

As servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 80% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 3 a 07/04/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorário.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são baixar os processos mais antigos e fazer 15 minutas por dia (despachos e sentenças de extinção sem resolução de mérito).

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se aos Juizados Especiais Federais as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. Os servidores conhecem as metas do CNJ/2016 e estão fixadas em mural interno, à vista de todos, as metas CNJ/2017.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 2.212 processos em 2016, e julgou 1.915, cumprindo 87% da meta nº 1 CNJ/2016, desempenho superior aos demais Juizados da SJRJ.

²A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNU, Abril/2017, p. 9).





Tabela nº1 - Quadro resumo

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara

Mês: dez/16 | Matéria: Total | Vara: SJRJ | Juízo: 01º Juizado Especial Federal de Niterói-RJ

Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
01º Juizado Especial Federal de Niterói-RJ	1.915	2.212	4	87%

Fonte: PORTAL, acesso em 12/06/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016, Juizados (Foco: Celeridade)

“Identificar e julgar processos mais antigos³: 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos distribuídos até 31/12/2013”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 1.163 dos 1.164 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

³A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo. Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - Juizados e Turmas Recursais	SJRJ	01º Juizado Especial Federal de Niterói-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
SJRJ	85.991	83.920	1.807	85.727	264	100%
SJES	25.522	25.026	441	25.467	55	100%
Total - 2ª Região	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
01º Juizado Especial Federal de Niterói-SJRJ	1.164	1.157	6	1.163	1	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 12/06/2017.

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 1.997 dos 2.001 processos-alvo distribuídos até 31/12/2013).

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	90% - Juizados	SJRJ	01º Juizado Especial Federal de Niterói-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
SJRJ	110.703	107.220	2.950	110.170	533	100%
SJES	27.839	26.851	825	27.676	163	99%
Total - 2ª Região	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
01º Juizado Especial Federal de Niterói-SJRJ	2.001	1.971	26	1.997	4	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 12/6/2017.

Foram analisados os seguintes Processos:



- **0003647-55.2012.4.02.5152** - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA. Revisão de benefício previdenciário. Protocolado em 18/12/2012. Sentença publicada em 17/05/2017. Ato ordinatório em 07/06/2017 determinando a intimação do recorrido (AUTOR) para oferecer resposta ao Recurso, no prazo de 10 dias. Remetido à Turma Recursal.
- **0002162-83.2013.4.02.5152** - 51001 - JUIZADO/CÍVEL. Protocolada em 10/10/2013. Repetição de indébito fiscal. Despacho proferido em 21/03/2014 do seguinte teor: “remetam-se os autos ao Setor de Contadoria Judicial para, em caso de eventual procedência do pedido, apure as diferenças dos descontos efetuados a título de IR sobre o montante integral recebido após decisão judicial e aquele que seria devido se observada a renda mês a mês pelo contribuinte e a correspondente alíquota sobre a verba recebida em razão de decisão judicial na ação de n. 0169400-95.2003.5.01.0020 da 20ª Vara Trabalhista do Rio de Janeiro, corrigidos monetariamente pela taxa SELIC, observada a prescrição quinquenal. Ato Ordinatório em 10/05/2017 determinando vista às partes dos cálculos elaborados pela contadoria.
- **0002147-17.2013.4.02.5152** - 51001 - JUIZADO/CÍVEL. Protocolada em 8/10/2013. Repetição de indébito fiscal. Despacho proferido em 16/05/2017 deferindo a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil para que, no prazo de 30 dias úteis, apresente as declarações de imposto de renda do Autor, relativas aos anos-calendário de 1989 a 1995.
- **0134403-21.2013.4.02.5152** - 51001 - JUIZADO/CÍVEL. Protocolada em 27/09/2013. Repetição de indébito (PSS). Sentença transitada em julgado em 21/3/2017. Baixa em 22/03/2017.

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”⁴

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 242

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 308

⁴Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).



5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

Cumpridos 86% da meta nº 5 CNJ/2016. Em 12/06/2017, pendiam em fase de execução 327 processos.

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara

dez/16 | SJRJ | 01º Juizado Especial Federal de Niterói

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
01º Juizado Especial Federal de Niterói	218	737	663	46	11	327	86%

Fonte: PORTAL, acesso em 12/06/2017.

Na análise da amostra aleatória de feitos pendentes de encerramento da fase de execução, não se encontrou irregularidade processual, morosidade atribuível à Secretaria ou descumprimento dos prazos fixados na CNCR no trâmite entre o início da execução e o último andamento do feito.

Processo	Data de trânsito em julgado	Movimentoregular nos últimos 12 meses?*	Julgado pendente de cumprimento	Último movimento	Data último Movim.
0003785-03.2004.4.02.5152	12/9/2011	sim	Restituição de valores de imposto de renda	Remessa para o arquivo geral	30/5/2017
0000025-75.2006.4.02.5152	9/5/2006	sim	Fornecimento de medicamentos	Juntada de mandado de intimação do Município de Niterói	30/6/2017
0000551-71.2008.4.02.5152	13/8/2015	sim	Levantamento de saldo de conta bancária	Juntada de petição da CAIXA	12/7/2017
0003106-56.2011.4.02.5152	6/9/2016	sim	Pagamento das diferenças das GDPGTAS e GDPGPE	Baixa do processo	22/3/2017
0061961-07.2016.4.02.5167	7/12/2016	sim	Pagamento de atrasados do abono de permanência	Baixa do processo	30/1/2017

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Sentenças

A unidade correccionada produziu 1.879 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2016 a 31/05/2017), com média de 157 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	345
B1	Homologatória de acordo	253
B2	Repetitiva (padronizada)	668
C	Sem resolução do mérito	613
D1	Penal condenatória	0
D2	Penal absolutória	0
D3	Rejeição de queixa	0
D4	Rejeição de denúncia	0
E1	Extintiva de punibilidade	0
E2	Suspensão condicional da pena	0

Fonte: APOLO, acesso em 02/08/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0007375-05.2015.4.02.5151	0117282-72.2016.4.02.5152	0163332-59.2016.4.02.5152	0010897-66.2017.4.02.5152
0017108-55.2016.4.02.5152	0097370-89.2016.4.02.5152	0163340-36.2016.4.02.5152	0012788-25.2017.4.02.5152
0008574-88.2017.4.02.5152	0097495-23.2017.4.02.5152	0165959-36.2016.4.02.5152	0012818-60.2017.4.02.5152
0017066-06.2016.4.02.5152	0096815-72.2016.4.02.5152	0142939-50.2015.4.02.5152	0500105-30.2016.4.02.5152
0008733-21.2016.4.02.5102	0118814-81.2016.4.02.5152	0142966-96.2016.4.02.5152	0500117-44.2016.4.02.5152

Fonte: PORTAL, acesso em 01/06/2017





6.2. Acervo com prazos vencidos para prolação de despachos e decisões

Posição em	01/06/2017
Conclusão até	31/05/2017

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	23	69,70
Decisão	1	3,03
Total Geral	24	72,73

6.3. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/06/2016 e 31/05/2017) foram designadas aproximadamente **384** audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS

7.1. Acervo da unidade

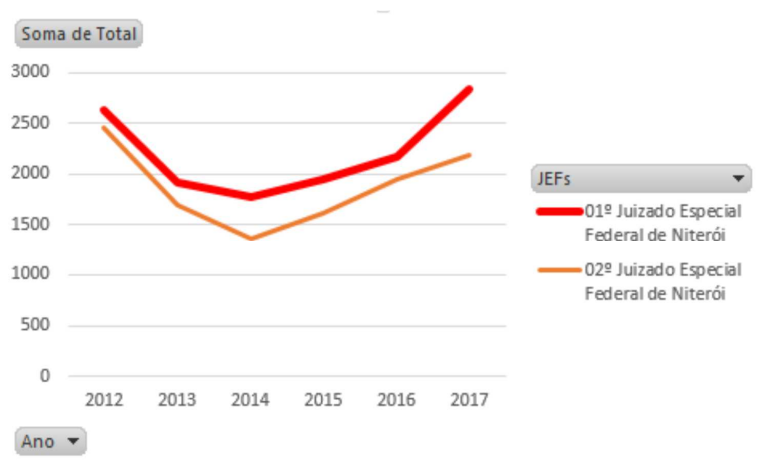
Mês : Junho

Situacao Processo

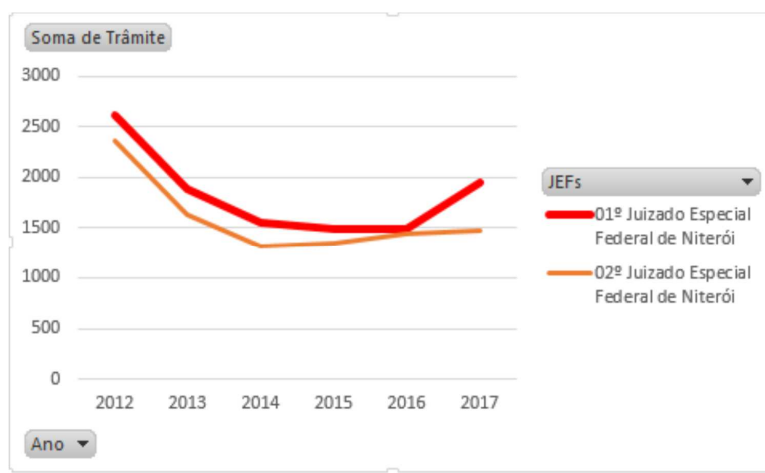
Medidas	Vara	Ano	Trâmite	Suspense	Total
Processos	01º Juizado Especial Federal de Niterói	2012	2615	16	2631
		2013	1882	28	1910
		2014	1549	229	1778
		2015	1493	449	1942
		2016	1492	674	2166
		2017	1949	882	2831

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo dos JEFs de mesma competência na Subseção Judiciária, excetuados os processos remetidos às instâncias superiores

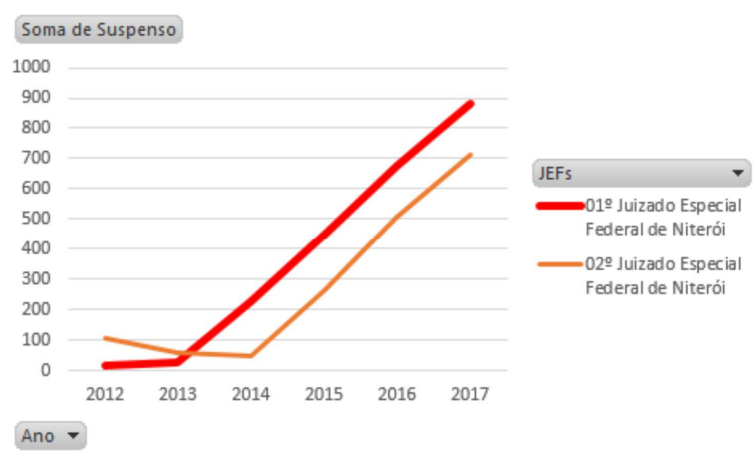
Acervo total



Acervo ativo em tramitação



Acervo suspenso



A partir de 2014, ante a decisão proferida no REsp 1381683, que determinou a suspensão dos processos que versam sobre FGTS, houve aumento no acervo nos JEFs. Nos gráficos acima é evidenciada essa situação, especialmente ante o aumento de 16 feitos suspensos em 2012 para 882 em 2017.



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Recebimento de petições iniciais

A Diretora de Secretaria faz diariamente triagem das petições iniciais, encaminhando-as aos locais virtuais acessados por 3 servidores, que analisam e minutam os processos divididos conforme o réu (Caixa Econômica, União Federal e INSS). A Diretora analisa e minuta os remanescentes e dos que tratam de liberação de medicamentos e internação.

8.2. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os feitos considerados prioritários são os que envolvem risco iminente à saúde, hipóteses em que a Diretora de Secretaria ou a Oficiala de Gabinete minutam imediatamente a decisão e encaminham à Juíza para apreciação do pedido de tutela antecipada.

8.3. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio da Magistrada

Cumpra à Secretaria sanear o processo e somente encaminhar ao gabinete autos aptos para julgamento.

8.4. Fluxo dos processos após a sentença

Após certificado o trânsito em julgado, os feitos com sentença procedência ou integral ou parcial, recebem registro de início de execução no sistema APOLO (movimento 18). Os julgados improcedentes são baixados definitivamente, entre 30 a 60 dias, conforme relatou a Diretora de Secretaria.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Na abertura da Correição (19/6/2017), havia no balcão de entrada 83 recebimentos eletrônicos (processos, mandados, petições e ofícios), sendo o mais antigo de 30/05/2017 (processo 0097609-93.201.4.02.5152).

9.2. Processos em segredo de justiça

Não há processos com segredo de justiça em trâmite no órgão jurisdicional.

9.3. Controle de prazos judiciais

A CNCR estabelece prazos controle e aferição do acervo (artigos 42, §2º c/c 227 e 228), a serem verificados nas correições.

A unidade possui locais virtuais destinados à espera de prazos, cuidando de anotar as datas de encerramento para melhor controle. Não há acúmulo indevido de feitos sem movimentação, colhendo-se os seguintes exemplos de escaninhos eletrônicos:

	Nº de Docs.	Data do doc. mais antigo
AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO	21	12/05/2017
AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA	01	29/05/2017
PRAZO MEDICAMENTOS	06	09/01/2017
PRAZO FAZENDA NACIONAL	29	26/04/2017
PRAZO PARA RECURSO	23	22/05/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 67 processos, todos com prazo inferior a 60 dias, o que é atribuído à falta de servidores no quadro. Logo, não há atraso significativo no processamento.

Posição em	12/06/2017
Último Movimento até	11/06/2017



Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	67	100,00
Mais de 60	00	0,00
Total Geral	67	100,00

Fonte: Planilhas extraídas do APOLO, em 12/06/2017.

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	06/2016 a 05/2017
	Processos	7.403
	Boletins	938
	Média (Proc. / Bol.)	7,89
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	8,08

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedida, verificou-se que a unidade correccionada possui 10 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Acervo
Monte sua planilha cruzando

dados referentes ao dia: 31/07/2017

Relatório atual

Ano : 2017 | Mês : Junho

Vara : Execução de Sentença - Fase 18 | Requisição Valor

		12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro		Total
		Informada	Não Informada	
		Sim	Sim	
Situacao Processo	Trâmite	11	10	21
	Total	11	10	21

Sugestão da equipe de correição: regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo (cumprimento do julgado), considerando que o mapa estatístico apontou 10 processos sem esse movimento informado.

9.6. Documentos pendentes de juntada

De acordo com o mapa de petições pendentes de juntada, do Sistema APOLO, havia em 12/06/2017, 18 petições pendentes de juntada além do prazo estabelecido no artigo 180 da CNCR, sendo a mais antiga de maio/2017. Sugestão da equipe de correição: regularizar a juntada das petições em atendimento ao prazo previsto no art. 180 da CNCR.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Verificados os locais virtuais relacionados abaixo, não há processos aguardando atos cartorários há mais de 30 dias.

Local Virtual	Nº de Docs.	Doc. mais antigo	Data de Entrada
147 – RPV PARA ENVIAR	-	-	-
127 – DESPACHOS SENTENÇAS PARA PUBLICAR	-	-	-
27 – EXPEDIR ALVARÁ/RPV	-	-	-



Fonte: APOLO, consulta em 12/06/17.

9.8. Remessa externa

Não há processos com prazo de remessa externa vencido.



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006, estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos, que tramitam na Vara, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, verificou-se, na estatística extraída do APOLO, não haver processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.



11. PROCESSOS SUSPENSOS

Por amostragem, foram examinados os processos abaixo listados, conforme os motivos da suspensão:

Aguarda decisão de instância superior	Paradigma	Tema
0000320-87.2014.4.02.5102	Aguarda julgamento na reintegr de posse ajuizada pela CEF	Renegociação dívida condominial referente PAR
0140253-85.2015.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS
0112203-49.2015.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS
0138943-44.2015.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS
0153279-53.2015.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Motivo	Tema
0000398-28.2014.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS
0000550-76.2014.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS
0001832-52.2014.4.02.5152	REsp nº 1.381.683/PE	Correção monetária de FGTS

Processo	Motivo da suspensão	Data suspensão	Observação
0018490-39.2016.4.02.5102	Outros – Fase conhecimento	22/06/17	Suspensão até a decisão do REsp nº 1.381.683/PE.
0022718-04.2016.4.02.5152	Outros – Fase conhecimento	22/06/17	Suspensão até a decisão do REsp nº 1.381.683/PE.
0024813-07.2016.4.02.5152	Outros fase conhecimento	22/06/17	Suspensão até a decisão do REsp nº 1.381.683/PE.
0025856-76.2016.4.02.5152	Outros fase conhecimento	22/06/17	Suspensão até a decisão do REsp nº 1.381.683/PE.
0031131-06.2016.4.02.5152	Outros fase conhecimento	22/06/17	Suspensão até a decisão do REsp nº 1.381.683/PE.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Sugestão da equipe de correção: uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba *Paradigmas* – opção *Associar Processos*).



12. RPVs E PRECATÓRIOS

Os indicadores do PORTAL e do APOLO atestam a regularidade dos prazos de controle de RPVs e Precatórios, conforme os quadros abaixo

Acervo - SJRJ - C

Monte sua planilha cruzando as inform

ados referentes ao dia: 30/07/2017

Relatório atual

Ano : 2017 | Mês : Junho | Vara : 01º Juizado Especial Federal de Niterói | Requisição Valor : Sim

Data Último Movimento

Medidas	Situacao Processo	2017		Total
		Maior	Junho	
	Trãmite	3	54	57
	Suspensao	1	2	3
	Total	4	56	60

Fonte: PORTAL, em 12/6/2017

Tipo/Situação atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Enviado ou Trasm. c/ Erro	Tempo médio (dias) Ult. Julg. e o total de enviados
RPV Juizado Especial	1.047	10	1.015	208
RPV	0	0	0	N/A
Precatório em Parcela Única	31	2	28	386
Precatório Parcelado	0	0	0	N/A
Total Geral	1.078	12	1.043	213

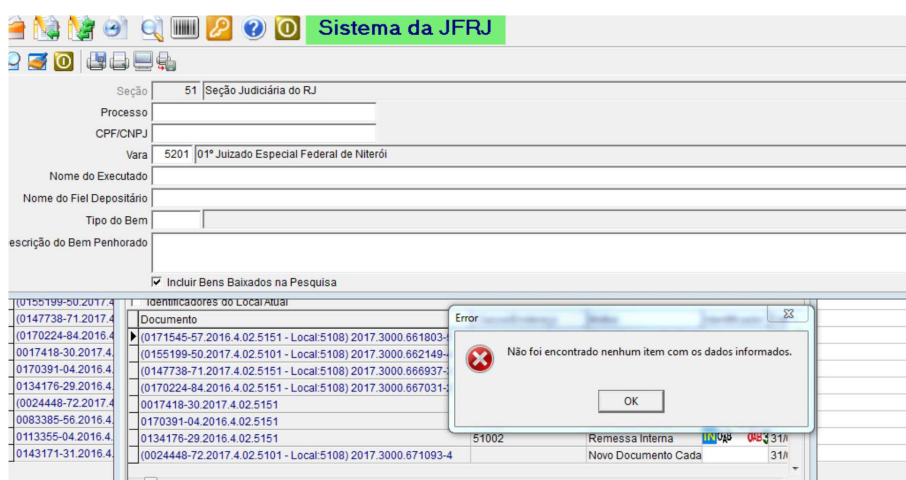
Fonte: Planilha extraída do APOLO, em 12/06/2017



13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

Contudo, nos últimos 12 meses não foram expedidos pela unidade mandados com diligência de penhora e não há processos com registro de bens penhorados conforme consultas abaixo ao sistema APOLO:



Sistema da JFRJ

Seção: 51 | Seção Judiciária do RJ

Processo: _____

CPF/CNPJ: _____

Vara: 5201 | 01º Juizado Especial Federal de Niterói

Nome do Executado: _____

Nome do Fiel Depositário: _____

Tipo do Bem: _____

escrição do Bem Penhorado: _____

Incluir Bens Baixados na Pesquisa

Identificadores do Local Atual	Documento
(0147738-71.2017.4)	
(0170224-84.2016.4)	
0017418-30.2017.4	(0171545-57.2016.4.02.5151 - Local:5108) 2017.3000.6618034
0170391-04.2016.4	(0155199-50.2017.4.02.5101 - Local:5108) 2017.3000.6621494
0134176-29.2016.4	(0147738-71.2017.4.02.5151 - Local:5108) 2017.3000.6669373
(0024448-72.2017.4)	(0170224-84.2016.4.02.5151 - Local:5108) 2017.3000.6670313
0083385-56.2016.4	0017418-30.2017.4.02.5151
0113355-04.2016.4	0170391-04.2016.4.02.5151
0143171-31.2016.4	0134176-29.2016.4.02.5151
	(0024448-72.2017.4.02.5101 - Local:5108) 2017.3000.671093-4

51002 Remessa Interna 31/06/2017 09:48

Novo Documento Cada 31/06/2017 09:48

Error
Não foi encontrado nenhum item com os dados informados.
OK

Fonte: APOLO, em 12/06/2017



14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e os arts. 242 a 247 da CNCR. Há 5 registros no APOLO de processos com bens acautelados/apreendidos; porém sem conteúdo econômico, como mostram as seguintes anotações no Apolo:

Relatório de Material Apreendido/Acautelado

Vara: 01º Juizado Especial Federal de Niterói

Período de Acautelamento: 01/01/1900 até 31/05/2017

Acautelado

Apreendido

Período de Baixa:

Ativos

Baixados

00016097020124025152

Seq.: 1

Data: 12/11/2014

Originais de dois saques efetuados na conta vinculada do autor, denominados Comprovante de Pagamento do FGTS no valor de R\$ 1.196,09, datado de 12/01/2005, e outro, no valor de R\$ 1.184,13, datado de 16/07/2004, ambos em nome da parte autora.

Acautelamento:

Fls Processo:

Livro:

Fls Livro:

Localização: -

Remessa:

Baixa:

Documento:

Destino:

00066217920164025102

Seq.: 1

Data: 22/02/2017

ORIGINAIS DA CARTEIRA DE TRABALHO DA SRA. MARIA APARECIDA CORDEIRO RAMOS - N° 20476 SÉRIE 049 - RJ.

Acautelamento:

Fls Processo:

Livro:

Fls Livro:

Localização: -

Remessa:

Baixa:

Documento:

Destino:

00265671820154025152

Seq.: 1

Data: 03/12/2015

Original do contato de Empréstimo nº 0002183441 Caixa Econômica Federal

Acautelamento:

Fls Processo:

Livro:

Fls Livro:

Localização: -

Remessa:

Baixa:

Documento:

Destino:

00907574320154025102

Seq.: 1

Data: 04/07/2016

Recibo de saque original - fl. 19 - Caixa Econômica Federal

Acautelamento:

Fls Processo:

Livro:

Fls Livro:

Localização: -

Remessa:

Baixa:

Documento:

Destino:

11272604420144025152

Seq.: 1

Data: 06/11/2014

ORIGINAL DE CRÉDITO CONSIGNADO Nº 19.4149.110.0013332-91 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Acautelamento:

Fls Processo:

Livro:

Fls Livro:

Localização: -

Remessa:

Baixa:

Documento:

Destino:

Total: 5

Fonte: APOLO, em 12/06/2017





JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **01JEF/NI – 19 a 23/6/2017**



15. LIVROS E PASTAS

Há 4 livros físicos (Carga a Advogados e Peritos, Remessa aos setores administrativos de apoio, Carga ao MPF, Ponto e Reclamações) e 1 pasta (Atos do plantão), tendo em vista a obrigatoriedade de manutenção apenas de pastas eletrônicas, tais como pastas de mandados, ofícios, alvarás, atas de audiências, inspeções e sentenças, a teor do disposto no art. 149 da CNCR do TRF – 2ª Região.

Os livros apresentam-se com as folhas numeradas e rubricadas, sem rasuras ou borrões, com indicação da finalidade na capa e termos de abertura. Não há registro de reclamações.



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

O 1º JEF de Niterói está localizado na Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, 5º andar, Centro, Niterói – RJ.

As instalações do prédio são precárias, com salas pequenas, que não permitem, por exemplo, que Gabinete e Secretaria fiquem no mesmo andar (Secretaria - 5º andar; Gabinete - 6º andar). Há apenas 2 elevadores pequenos (capacidade para 4 pessoas cada) e obsoletos, que apresentam problemas constantes, havendo relatos, entre os servidores, de abertura das portas sem que o elevador estivesse no andar. A falta de espaço físico é agravada pela cessão de 3 pavimentos para a instalação provisória da Subseção de Itaboraí, cujo prédio foi interditado em função de problemas estruturais.

Há balcão de atendimento sem cadeira de espera, com mural para orientação ao público. A Secretaria (5º andar) e o Gabinete (6º andar) são bem iluminados e com ar condicionado. Mobiliário em bom estado de conservação, com exceção de um armário de metal (foto 1), paredes pintadas, sem sinais de infiltração ou mofo e com limpeza adequada.

Há 4 impressoras grandes, 1 computador com estabilizador de rede e 2 monitores (LCD com 15 ou 17 polegadas) para cada servidor, além de equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais (apoio para os pés e para as mãos), cuja utilização fica a critério de cada um. Há pequena copa para usos pelos servidores no 5º andar.

Os Gabinetes das Juízas titular e Substituta são amplos, com mesas, poltronas, estantes e frigobar. Não há banheiro privativo; os dois existentes são precários e compartilhados por servidores e magistrados.

A sala de audiências, compartilhada com a 1ª VF de Itaboraí, possui sala de espera com 15 lugares, ar condicionado, 1 bebedouro e 1 banheiro em bom estado de conservação, acessível para portadores de necessidades especiais.

Os sistemas conveniados com outros órgão mais utilizados pela Secretaria são: MALOTE DIGITAL, SPEC, PLENUS e CNIS.

Velocidade da conexão de dados verificada em um dos computadores da Secretaria: 39.60 Mbps para download e 43.40 Mbps para upload.







JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **01JEF/NI – 19 a 23/6/2017**

17. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não observadas boas práticas.



18. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Para superar e normalizar os fatos relatados, sugere-se ao 01JEF-NI, no prazo de 30 dias:

- 1) Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo (cumprimento do julgado), considerando que o mapa estatístico apontou 10 processos sem esse movimento informado (item 9.5).
- 2) Regularizar a juntada das petições em atendimento ao prazo previsto no art. 180 da CNCR (item 9.6).
- 3) Uniformizar a anotação de suspensão em razão de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral no APOLO, bem como continuar vinculando os feitos ao processo-paradigma correspondente na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos), item 11.



19. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional ANDRÉ LUIZ SANTOS AMARAL, CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROCHA, CARLOS CESAR DE SOUZA DINIZ, JOSÉ VICENTE BENEVENUTI, MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, RAFAELA BARINO CASTRO, RENAN GIUSTI BARBOSA, e VICTOR MANOEL MARTINEZ, revisado por FABIO ALDROVANDDO, e subscrito, nesta data, por mim.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2017.

MARCELO SILVA RIBEIRO
Assessor de Juiz – mat. nº 15.733

